



ANAIIS

O PAPEL DAS HISTÓRIAS E OS
DESAFIOS DAS HUMANIDADES



2021

Aline Dal Maso Ferreira, Andréia Elizabeth Bohn Luder, Caroline Gonzaga, Fabiane Miriam Furquim, Ícaro Bittencourt, Inajara Barbosa Paulo, Jacqueline Wahbeh, Jessica Brisola Stori, Larissa de Freitas Lyth, Leonardo Bento Andrade, Leonardo Henrique Lopes Soczek, Leticia Ruoso Wehmuth, Luanna Fernanda da Cruz Bach, Luiz Henrique Silva Moreira, Marcos Antonio Manoel Junio

(Organizadores)

Arte da capa

Jessica Brisola Stori

ANAIS ELETRÔNICOS

III Seminário de Estudos Históricos da Universidade Federal do Paraná

O papel das histórias e os desafios das humanidades

Curitiba, Paraná

Universidade Federal do Paraná

Agosto de 2022

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9^a/1607
Biblioteca de Ciências Humanas - UFPR

S471 Seminário de Estudos Históricos da Universidade Federal do Paraná (3. : 2021 : Curitiba, PR)
O papel das histórias e os desafios das humanidades [recurso eletrônico]. / Anais do 3
Seminário de Estudos Históricos da Universidade Federal do Paraná, 3 a 5 de novembro de
2021 ; organizadores: Aline Dal Maso Ferreira ... [et al.]; arte da capa: Jessica Brisola Stori. –
Curitiba : Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

ISBN 978-65-84565-86-9 (PDF)

1. História – Congressos. 2. Historiografia. I. Seminário de Estudos Históricos da
Universidade Federal do Paraná (3. : 2021 : Curitiba). I. Ferreira, Aline Dal Maso. II. Stori,
Jessica Brisola. III. Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em
História. IV. Título.

CDD 907



Reitor

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-reitora

Prof^a. Dr^a. Graciela Bolzón de Muniz

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Vosne Martins

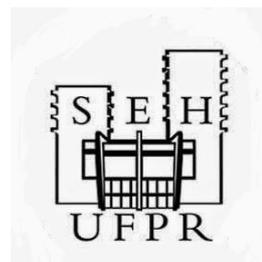
Secretária Administrativa do Programa de Pós Graduação/UFPR

Maria Cristina Parzwski

Apoio



Realização



COMISSÃO ORGANIZADORA

O III Seminário de Estudos Históricos foi organizado por estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

ARTE, MEMÓRIA E NARRATIVA

Ícaro Bittencourt (Doutorando)

Leonardo Bento Andrade (Doutorando)

Letícia Ruoso Wehmuth (Mestranda)

Marcos Antonio Manoel Junior (Mestrando)

CULTURA E PODER

Andréia Elizabeth Bohn Luder (Mestranda)

Inajara Barbosa Paulo (Doutoranda)

Larissa de Freitas Lyth (Mestranda)

Luiz Henrique Silva Moreira (Doutorando)

ESPAÇO E SOCIABILIDADES

Aline Dal Maso Ferreira (Doutoranda)

Fabiane Miriam Furquim (Doutoranda)

Jacqueline Wahbeh (Mestranda)

INTERSUBJETIVIDADE E PLURALIDADE: REFLEXÃO E SENTIMENTOS NA HISTÓRIA

Caroline Gonzaga (Doutoranda)

Jessica Brisola Stori (Doutoranda)

Leonardo Henrique Lopes Soczek (Doutorando)

Luanna Fernanda da Cruz Bach (Doutoranda)

APRESENTAÇÃO

O Seminário de Estudos Históricos da Universidade Federal do Paraná (SEH/UFPR) surgiu em 2018 como uma iniciativa dos/as discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR que buscavam um meio para ampliar o debate em torno de pesquisas realizadas na graduação, na pós-graduação e na docência.

Em 2020, dado o início da pandemia de COVID-19, não houve tempo para adaptar nosso evento ao formato virtual. Retornamos agora, na terceira edição, com o tema “O papel das histórias e os desafios das humanidades”. Buscamos com isso, discutir nosso papel de historiadores e historiadoras frente à conjuntura de desmonte das ciências e aos novos desafios impostos.

Tivemos três eixos principais de discussões: pesquisa, memória e movimentos sociais. Conferências e mesas redondas contaram com palestrantes da história, de outras áreas das ciências humanas e dos movimentos sociais. Na abertura do evento houve uma performance cultural relacionada aos nossos temas centrais.

Nosso objetivo foi ampliar o debate e discutir a história enquanto organismo vivo e instrumento de mobilização, demonstrando a importância do conhecimento científico em todas as suas expressões.

O III SEH UFPR ocorreu nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2021, em formato virtual. Nós, comissão organizadora, esperamos acolher o máximo de pesquisadores/as, professores/as, estudantes e demais interessados/as nessa temática.

SUMÁRIO

“TORCENDO O PROVERBIO- QUEM NÃO VÊ É COMO QUEM NÃO SABE!”: ANÁLISE DAS PERSONAGENS FEMININAS DE CALIXTO CORDEIRO NA REVISTA A MAÇÃ EM 1922	
Alexandra Rodrigues de Souza	6
A CORAGEM DA VERDADE DESAFIA A RAZÃO: FEMINISMOS, ESCRITA DE SI E PARRÉSIA PARA PENSAR “HOSPÍCIO É DEUS” (1965)	
Ana Paula Branco de Melo	23
FOTO BIANCHI (1913-1943): UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL ENTRE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA	
Audrey Franciny Barbosa	33
CORNWELL E AS SUAS “CRÔNICAS DE ARTUR”: CRIANDO ELOS ENTRE A FICÇÃO E HISTÓRIA	
Daniel Soares Reyes	44
A RECEPÇÃO DE ATENA NO MANGÁ OS CAVALEIROS DO ZODÍACO	
Emerson Aparecido dos Santos Bezerra	56
TODAVÍA HOY YO LAS ESCUCHO: TESTEMUNHOS DE MULHERES DA ÚLTIMA DITADURA MILITAR ARGENTINA	
Fernanda Aparecida Almeida Lages	69
FOTOGRAFIA E RESTAURAÇÃO: UM BREVE ESTUDO DE CASO A PARTIR DO SEGUNDO RESTAURO DA CATEDRAL BASÍLICA DE CURITIBA (1993-1995)	
Gabriel Forgati	84
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO DENTRO DE NARRATIVAS: ALGUMAS APROXIMAÇÕES COM O PROJETO <i>DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA</i>	
Gabriella Daphne Pereira Ferreira	103
IMIGRAÇÃO E O OUTRO NO CINEMA HOLLYWOODIANO: OS PAPÉIS DO HOMEM LATINO-AMERICANO	
Gustavo Santos da Silva	116
AS PRÁTICAS DE CURA EM IRATI E MALLET-PR – PERSPECTIVAS DOS PROCESSOS CRIMINAIS (1925 -1949)	
Henrique Alexandro Senderski	126

ANÁLISE DO VALOR BIOGRÁFICO CONTIDO NO ENSAIO WALTER BENJAMIN DE HANNAH ARENDT DE 1968

Jaciel Rossa Valente 141

FELA KUTI E “ESTA VIDA PUTA” – A BIOGRAFIA DE UMA RESISTÊNCIA NIGERIANA

Jacqueline Wahbeh e Rafael Munhoz Machado 157

NARRATIVAS MISSIONÁRIAS E A RETÓRICA DA ALTERIDADE: OS ESCRITOS E A TRAJETÓRIA DE ROBERT HAMIL NASSAU NO CONGO FRANCÊS (1875-1914)

João Guilherme Züge 170

A MORTE E SUA MUDANÇA DE STATUS: DO PODER SOCIOECONÔMICO À PERSONALIDADE E INDIVIDUALIZAÇÃO DO FINADO – A IDENTIDADE E UNICIDADE EM TEMPOS MUDIÁTICOS

Lidiane Fraga da Silva 182

OS ESTADOS UNIDOS DA ÁFRICA, A PROPOSTA PAN-AFRICANISTA DE KWAME NKRUMAH

Lucas Engel Sacht 201

FRONTEIRAS DE IMAGENS: O LABIRINTO AUDIOVISUAL NAS ESCOLAS

Ludimila Soares Melo 211

BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA HISTÓRIA PÚBLICA E “GAMES STUDIES”

Marcos Antonio Manoel Junior 226

O CASO DE SINÉSIO DE CIRENE, BISPO DE PTOLEMAIDA

Maria Eduarda da Silva Ferraz 243

O RELATO DE VIAGEM DE IBN JUBAYR E A CONVIVÊNCIA ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS NO REINO DA SICÍLIA (1184-1185)

Matheus Kochani Frizzo 254

DE OLHO NO MUNDO: O OLHAR CRÍTICO DE NEWTON CARLOS SOBRE A AMÉRICA LATINA (1965-1991)

Maurício Martinez 269

DOS ESCOMBROS A HISTÓRIA: A AUTOFIÇÃO DE KEIJI NAKAZAWA

Maxton Moreira Filho 282

MOBILIZAÇÃO DA MEMÓRIA COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E LUTA: O MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC (1985-1988) E A MEMÓRIA SOBRE O CONFLITO DO CONTESTADO

Mayume Christine Minatogawa 294

DO CARINHO A VIOLÊNCIA, DO CUIDADO AO CRIME: QUANDO A CASA DEIXA DE SER UM LUGAR DE PROTEÇÃO

Paloma Heller Dallagnol 309

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DA AMAZÔNIA PRÉ-COLOMBIANA: CULTURA E COMPLEXIDADE DOS POVOS

Ray Teixeira Alves 323

OS INDÍGENAS DO CHILE. A TRADIÇÃO ÉPICA E A LEGENDA NEGRA ESPANHOLA NO PENSAMENTO DE VOLTAIRE

Ricardo Hiroyuki Shibata 337

A MULHER NA LITERATURA GÓTICA DO SÉCULO XXI: INFLUÊNCIAS DO SÉCULO XIX NA CONTEMPORANEIDADE

Stéfani Oliveira Verona 347

FONTES HISTÓRICAS: O USO DE FROCESSOS-CRIME

Stefany Argeane Rolim de Moura 360

MEMÓRIA E IDENTIDADE NO CAIS DO VALONGO

Thamires da Costa Silva 370

CRIMINALIDADE NA COMARCA DE GUARAPUAVA NA DÉCADA DE 1960

Valéria Leite Caldas e Rosemeri Moreira 383

MEMÓRIA E IDENTIDADE NO CAIS DO VALONGO

Thamires da Costa Silva¹⁶⁷

Resumo: O artigo dispõe-se a entender a relação entre memória e identidade no Cais do Valongo do Rio de Janeiro. Para alcançar esse objetivo são abordadas discussões sobre a história desse bem cultural, sobre a importância da arqueologia para a redescoberta dos Cais do Valongo e por fim, sobre memória e identidade. Pensadores e especialistas no Cais do Valongo e em Patrimônio Cultural são trazidos para a discussão, assim como autores voltados para a arqueologia, que compreendem essa ciência como uma responsabilidade histórica e moral de revelar o passado para a população. Além de autores clássicos que investigam a relação de memória e identidade. Constatou-se que a memória e a identidade são valores em disputa e em constante transformação, que dão sentido à vida de grupos sociais. Sendo o Cais do Valongo um lugar de memória único, para que se reflita e se lembre da história da escravidão, como forma de promover tolerância e respeito com o patrimônio de origem africana.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Arqueologia.

Introdução

O Cais do Valongo está situado na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Zona Portuária, em uma região conhecida como Pequena África, composta pelos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Considerado um local de memória (NORA, 1993) que representa simbolicamente a escravidão e seus horrores, é o espaço por onde entraram milhares de pessoas que foram escravizadas no Brasil. Africanos que foram separados de suas famílias, de sua cultura, de seus países, tinham como ponto de chegada o Cais do Valongo.

O Cais do Valongo é uma das muitas instalações urbanas que compunha o esquema de compra e venda de escravizados. O local de entrada e primeiro contato com o Brasil, daqueles que conseguiam sobreviver a difícil viagem nos tumbeiros¹⁶⁸, mas haviam outros equipamentos que também faziam parte dessa rede, como locais para quarentena, o mercado, o

¹⁶⁷ Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, na Universidade Estadual do Goiás. Arquiteta e Urbanista efetiva no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Email: thamiresdacostasilva41@gmail.com

¹⁶⁸ Outra denominação muito utilizada é: navios negreiros. Consiste em um meio de transporte utilizado para transportar os africanos escravizados.

cemitério e outros. Para que seja possível compreender um pouco as relações de memória e identidade atreladas a esse espaço é necessário que antes seja investigada a história desse bem cultural e todas as tentativas de apagamento e silenciamento que não são só físicas, mas também simbólicas.

É primordial também pontuar e entender a importância da arqueologia na revelação e comprovação de como as pessoas viviam em outras épocas, no caso concreto, como era a vida durante a escravidão, principalmente dos escravizados. Além de analisar o Cais do Valongo como patrimônio da humanidade e a sua excepcionalidade, como memória da dor e violência contra os africanos, mas também como um local de luta, resistência e memória da herança africana. Após a apreensão do bem cultural será possível entender as relações de memória e identidade que o Cais do Valongo suscita nos afrobrasileiros.

Breve Histórico do Cais do Valongo

A união de alguns bairros da zona portuária do Rio de Janeiro ganhou o nome de Pequena África, designação criada por Heitor dos Prazeres¹⁶⁹, artista negro brasileiro, um personagem ímpar na criação das principais escolas de samba do Brasil. Estima-se que aproximadamente 60% dos africanos escravizados que entraram no Brasil, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, a influência desse grupo social estava em toda parte, por isso surgiram muitos quilombos e terreiros na região, uma rede de resistência e luta. Segundo o historiador Guran (2017, p. 11), no início do século XIX, a cidade era composta por aproximadamente 60% a 70% de africanos, livres e escravizados.

O Cais do Valongo foi construído com o intuito de separar a chegada dos portugueses e dos africanos, pois antes todos chegavam no porto da Praça XV. De acordo com o Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil (2013, p. 13), a ideia era isolar os recém-chegados, do resto da população, a fim de não contaminar a cidade. Segundo Paula e Herédia (2018, p. 09) entre os anos de 1811 e 1831, estima-se que somente no Cais do Valongo chegaram entre 500 mil a 1 milhão de escravizados.

O bairro do Valongo era um local de resistência e sobrevivência, a população negra criou uma rede de auxílio, que inclusive abrigava os escravizados fugidos. De acordo com

¹⁶⁹ Artista negro brasileiro com múltiplas habilidades, se expressava com a pintura, a música e também compunha. As cenas do cotidiano dos afrodescendentes eram o alvo das suas pinturas e músicas, que mostravam as rodas de samba, as primeiras favelas cariocas, as comemorações populares e rituais religiosos.

Nascimento (2016, p. 70-71) é preciso confrontar a versão oficial de que o negro no Brasil era doce ao regime escravocata, bem como a ideia de que havia uma aptidão natural ao trabalho forçado. Diversas eram as formas de resistência e protesto, às condições impostas, como por exemplo a fuga, o suicídio, o crime e a revolta.

No ano de 1843, o Cais do Valongo foi aterrado e completamente reestruturado para que pudesse receber a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, que veio a se casar com D. Pedro II. Segundo Mônica Lima e Souza (2018, p. 23), o Cais do Valongo, durante um longo tempo, foi submetido a um processo de enterramento material e simbólico. Houve uma tentativa de invisibilizar e apagar a memória da diáspora africana.

Diáspora africana consiste em um fenômeno social e histórico que simboliza a imigração obrigada e coagida de homens e mulheres residentes no continente africano. Esse deslocamento involuntário contribuiu para uma redefinição identitária. A origem desse termo provém do processo de deslocamento forçado e às vezes incentivado com os judeus, na Europa. A remodelação do Cais do Valongo fez com ele também mudasse de nome, tornando-se o Cais da Imperatriz. O responsável pela reformulação do Cais foi o paisagista Grandjean de Montigny¹⁷⁰. É importante destacar que somente em 1850, o tráfico negreiro foi proibido através da Lei Eusébio de Queirós, em função da grande repressão que a Inglaterra fazia para extinguir o comércio de escravos.

Em 1911, o agora Cais da Imperatriz foi aterrado novamente, a fim de atender a Reforma Pereira Passos, que buscava transformar o Rio de Janeiro em uma Paris Tropical, remodelando as áreas centrais da cidade. A ideia era homogeneizar a aparência da cidade, tornando-a mais parecida com as capitais européias. Diversas edificações foram demolidas e a população pobre que normalmente morava nos cortiços foi direcionada ao subúrbio. O Cais da Imperatriz se tornou Praça Municipal e depois ficou conhecida como Praça do Jornal do Comércio. Mais uma vez a memória e a lembrança material dos tempos sombrios da escravidão brasileira foram silenciadas.

A Reforma Urbana Pereira Passos foi uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio de arquitetura, ideais e costumes. A Europa, especialmente as cidades de Paris e Londres, era tida como um modelo de civilização, progresso e modernidade a ser seguido. O progresso era sinal de desenvolvimento material; a civilização de comportamento pautado em um ideal burguês europeu; a modernidade no embelezamento e no saneamento relacionada a sair de um passado colonial e se adequar a um novo presente, certamente europeu. Dessa forma, as mudanças na capital tiveram um caráter urbanístico, sanitário e também

¹⁷⁰ Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (Paris, França 1776 - Rio de Janeiro, RJ, 1850) foi um consagrado arquiteto e urbanista. Foi professor de arquitetura da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, designada em 1826 Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), onde permaneceu até sua morte.

comportamental, e a transformação da cidade se deu em um nível simbólico-espacial. Uma frase muito usual na época era “o Rio civiliza-se”, que demonstra todo esse imaginário. (SILVA, M. G. C. F. 2019, p. 02)

A Pequena África ganhou grande visibilidade a partir do ano de 2009, com as obras para o projeto do Porto Maravilha, idealizado e gerido pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, que vislumbrava os megaeventos, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. De acordo com Paula e Hérída (2018):

O projeto, administrado pela empresa de capital público e privado Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), teve inspiração em outros projetos de revitalização de regiões portuárias, como do Porto de Barcelona e de Puerto Madero, em Buenos Aires, que transformaram o porto em polos gastronômico e musical. Os principais objetivos do projeto foram: recuperar a infraestrutura urbana, de transportes e do meio ambiente; melhorar as condições habitacionais da população; criar um novo pólo turístico para o Rio de Janeiro; e atrair sedes de grandes empresas, empresas de tecnologia e inovação e modernizar e incrementar a atividade portuária de carga e passageiros. (PORTO MARAVILHA, 2010 apud. PAULA; HÉRIDA 2018, p. 14)

Em 2011, a estrutura do Cais do Valongo foi redescoberta e também foram encontrados vários artefatos trazidos pelos africanos durante o processo de diáspora africana. De acordo com Mônica Lima e Souza (2018, p. 25), após a redescoberta do Cais, sacerdotisas de religião de matriz africana foram chamadas a visitar o local e diagnosticaram a necessidade de uma cerimônia de limpeza espiritual, para aliviar as marcas da dor dos africanos que por ali passaram. A cerimônia de lavagem do Cais do Valongo faz parte do calendário da cidade do Rio de Janeiro e ocorre sempre no mês de julho.

A Pequena África sofre com as reformas urbanas desde o século XIX e essa situação não mudou ao longo dos anos. As obras do Porto Maravilha foram uma tentativa de transformar o Rio de Janeiro em uma cidade-atração (SANT’ANNA, 2017). De acordo com Sant’anna (2017, p. 148) essas transformações denominadas de “planejamento urbano estratégico”, “requalificação”, a “regeneração” ou “revitalização” atingem setores urbanos deteriorados ou esvaziados, para justificar como fundamental as intervenções do poder privado aliado ao poder público com a intenção de dinamizar economias urbanas e aproveitar o patrimônio construído.

Esses novos projetos urbanos impulsionaram a reafirmação da função econômica do patrimônio urbano e sua redefinição como recurso estratégico da competição entre cidades por um lugar de destaque nas redes da economia globalizada. Essas novas concepções foram absorvidas no cenário da preservação como um caminho para a conservação autossustentável desse patrimônio, promovendo a renovação dos vínculos estabelecidos com o turismo e o lazer urbano. (SANT’ANNA, 2017, p. 148)

No ano de 2016, o Cais do Valongo se candidatou a patrimônio da humanidade pela UNESCO, o dossiê conta com mais de 400 páginas com a proposta de intervenção e sua

respectiva justificativa (IPHAN, 2016). É válido salientar que o Brasil foi pioneiro ao propor um bem ligado a memória da escravidão, mesmo que tardiamente, já foi um grande passo em busca de igualdade e reparação histórica.

O Cais do Valongo, nesse sentido, destaca-se como um sítio arqueológico recente, de aproximadamente 300 anos, e por isso o diálogo entre passado e presente torna-se mais tangível aos olhos do observador. A atratividade do Cais está relacionada justamente a essa proximidade com a atualidade, pois é possível reconhecer traços culturais ainda em uso, ou compreender determinadas configurações do presente em razão de tradições do passado. (PAULA; HERÉDIA, 2018, p. 20)

O patrimônio é um campo de conflito, grupos sociais dominantes conseguem designar o que será lembrado ou esquecido. Por mais que durante anos o Cais do Valongo tenha ficado soterrado, sua história e memória não foi esquecida pelos afrobrasileiros, como local de entrada de seus ancestrais no Brasil. Possuidor de valor excepcional e reconhecido pela UNESCO, como patrimônio da Humanidade, representante da memória da violência com a humanidade durante a escravidão. Esse artigo busca dar voz a todos que são pertencentes a esse grupo social, que tiveram durante anos sua história e a de seus ancestrais, apagadas e silenciadas.

A importância da Arqueologia para o Cais do Valongo

Desenvolver as comunidades tradicionais é um direito inalienável e deve almejar sempre o desenvolvimento centrado nas pessoas, a fim de garantir uma vida digna e equilibrada entre os recursos naturais e as manifestações culturais. Segundo Soares (2009, p. 36) mesmo que os resultados do desenvolvimentos sejam imediatos na economia local, a repercussão econômica das atividades e empreendimentos realizados no bojo do processo de desenvolvimento nem sempre é apropriada pela comunidade, como é o caso das obras do Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, que contribuiu para a gentrificação local.

Discutir com a comunidade as projeções e etapas de intervenções em localidade de relevância cultural deveria fazer parte de qualquer grande obra, deixando claro não só os ganhos econômicos possíveis, mas também os impactos sociais e econômicos à comunidade. De acordo com Soares (2009, p. 37), o direito ao desenvolvimento está ligado ao direito à identidade cultural, sendo ela dinâmica e heterogênea. A identidade de uma comunidade está em constante processo de construção e transformação. O Cais do Valongo teve papel crucial no desenvolvimento dessa identidade coletiva, sendo a arqueologia o meio pelo qual foi possível reforçar os laços da identidade coletiva associada à herança africana.

As gerações futuras têm o direito de conhecer os remanescentes do passado da ação humana, partindo dessa premissa que é possível compreender o campo de estudo da arqueologia, que segundo Sousa (2020, p. 01) “é a ciência que estuda vestígios materiais da presença humana, sejam esses vestígios antigos ou recentes, com o objetivo de compreender os mais diversos aspectos da humanidade”, como por exemplo como era a chegada dos africanos no Brasil, onde esses africanos eram enterrados, se haviam ritos de passagem, basicamente as mudanças que ocorrem nas sociedades humanas.

Existem diversas normativas que amparam a arqueologia, mas é válido destacar que uma das primeiras tentativas de preservar o patrimônio arqueológico, segundo Silva (2007, p. 59) foi feita por Alberto Childe¹⁷¹, a normativa encarava a arqueologia como uma riqueza nacional e se utilizava da desapropriação como instrumento de proteção. Com o Decreto-lei de 1937, os bens arqueológicos poderiam ser inscritos em um dos quatro livros do tomo, intitulado Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O tombamento, entretanto, no que se refere a arqueologia, não conseguiu garantir a preservação de todos os sítios. Com sua ação voltada unicamente para os bens excepcionais, logo se verificou a impropriedade de aplicação desse instrumento de proteção para a salvaguarda de todos os bens em que fosse identificado o interesse arqueológico (SILVA, 2007, p. 60)

É importante destacar a Lei 3.924 de 1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, um grande avanço para a política pública de proteção aos bens arqueológicos, uma vez que deixa claro que os bens arqueológicos estão sob guarda e proteção do poder público, classifica esses bens, alerta para a proibição de aproveitamento econômico, destruição ou multiplicação e dá outras providências. Essa legislação também criou o Cadastro dos Monumentos Arqueológicos do Brasil, que basicamente é a união das fichas de registro de todos os sítios catalogados. Essas fichas são uma forma de acatamento, de acordo com Silva (2007):

As fichas de registro constituem, para a arqueologia, a forma de acatamento, prevista no parágrafo primeiro do artigo 216 da Constituição Federal. Entretanto, a proteção dos sítios não se encontra restrita unicamente aqueles cujas fichas constem no referido cadastro. (SILVA, 2007, p. 65-66)

A arqueologia está intimamente ligada ao licenciamento ambiental, que consiste em um instrumento que exerce controle prévio em obras de grande porte, a fim de mitigar danos ambientais. Grande parte dos processos recebidos no Centro Nacional de Arqueologia (CNL)

¹⁷¹ Antigo presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e conservador de antiguidades clássicas no Museu Nacional.

do IPHAN são relacionados ao licenciamento ambiental, reforçando assim, a importância do cadastro dos sítios. O IPHAN estabeleceu procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe, com a Instrução Normativa 01 de 2015 e em julho de 2021, foi lançado o Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP) para dinamizar a relação do IPHAN com os empreendedores.

De acordo com Meneses (2007, p. 40) a pesquisa, principalmente a de campo, é o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico. A pesquisa em conjunto com as escavações torna o patrimônio arqueológico atual. Foi a partir de intensas pesquisas arqueológicas e com o auxílio da História que foi possível desenterrar o Cais do Valongo, comprovando materialmente um dos maiores exemplares dos horrores da escravidão.

As escavações arqueológicas foram essenciais também, em outra instalação que amparava o comércio e venda de escravizados, o Cemitério dos Pretos Novos. Os escravos que não resistiam à longa viagem e às condições insalubres da diáspora africana, ao chegar ao Brasil eram denominados Pretos Novos e enterrados, muitas vezes somente jogados, em valas comuns no cemitério. Segundo Meneses (2007, p. 45), a pesquisa arqueológica deverá orientar-se, sempre, para a identificação e explicação dos sistemas de ocupação territorial, na sua estrutura, funcionamento e transformações.

O Cais do Valongo é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece, sua relevância não é só para o Brasil, mas para todo o mundo. De acordo com IPHAN (2017, p. 03), a cidade do Rio de Janeiro era possuidora do maior porto escravista do mundo, uma vez que 60% dos escravizados que entraram no Brasil, desembarcaram no Rio de Janeiro e isso representava 25% de todos os escravizados saídos da África para o Brasil.

Graças a arqueologia foi possível compreender, um pouco mais, de como era a vida e a morte desses escravizados. Lima (2013, p. 184) aponta que os primeiros achados arqueológicos foram encontrados a 1.80 metros de profundidade, eram pedras de diferentes dimensões e alinhadas que compunham um calçamento. Além disso, foram descobertos itens de uso pessoal, como objetos de proteção e relacionados à prática religiosa.

A coleção arqueológica do Sítio do Cais do Valongo, com 466.035 peças, é excepcional, pela quantidade, variedade e concentração de materiais associados à diáspora africana. Destacam-se os artefatos apotropaicos, ou os que protegem contra o mal. São amuletos e adornos utilizados tanto como a formação de uma identidade em risco, como um negociação de reposicionamento social: figas, crucifixos, contas, garras, búzios, cristais, brincos e pulseiras. (IPHAN, 2017, p.08)

Os grupos dominantes escolhem o que vai ser lembrado e o que vai ser esquecido, por isso a importância da arqueologia para o Cais do Valongo, que graças às pesquisas

arqueológicas pode ser revisitado. De acordo com Lima (2013, p. 181) cabe a Arqueologia a responsabilidade histórica de trazer à luz aquilo que no passado se pretendeu enterrar e esconder, apresentar suas evidências às sociedades atuais para que elas possam reviver esse passado e encontrar novas formas de lidar com ele. A Arqueologia pode trabalhar a favor da emancipação dos grupos marginalizados e excluídos, como os afrodescendentes.

Memória e Identidade

O patrimônio está conectado à noção de identidade que construímos ao longo dos anos. Preservar o patrimônio é resguardar a identidade de um povo. De acordo com Hall (2019, p.10 a 12), há três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A primeira delas, a identidade era uma concepção muito individualista do “eu”, um indivíduo racional, centrado e dotado de razão. Na segunda concepção, o sujeito já não era autônomo e autossuficiente, mas dependia da relação com outras pessoas. A identidade passa a ser formada pela interação entre o “eu” e a sociedade.

Na terceira concepção, o sujeito se torna fragmentado e não tem mais uma identidade fixa e permanente. O indivíduo passa a ter múltiplas identidades fragmentadas, que podem ser contraditórias ou não. As diferentes identidades são assumidas, em função dos momentos no qual o sujeito se encontra. Então, uma mesma pessoa pode se sentir representada por vários tipos de patrimônios culturais, não será somente um bem que representará sua identidade.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2019, p. 11)

Em concordância com os pensamentos de Hall (2019) sobre a identidade fragmentada, Pollak (1992, p. 208) também dizia ser impossível construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. Construir a identidade é um fenômeno que se produz em função dos outros, em referência aos critérios de admissibilidade, credibilidade e se constrói por negociação. Pelegrini (2009) investiga a identidade e acredita que consista em um:

processo contínuo e complexo de construção do “sujeito” individual em relação ao outro, de constituição de identidade grupal definida “por meio de critérios como a aceitabilidade e credibilidade que se formam por meio de negociações diretas com os outros e seus respectivos universos culturais, tornando-os reciprocamente unificados diante de determinados interesses. (PELEGRINI, 2009, p. 32)

Além do conceito de identidade também é preciso compreender o conceito de memória. Segundo Pelegrini (2009) memória que é:

a disposição de reter, armazenar informações, sentimentos e imagens no cérebro humano. Um elemento constituinte da identidade individual e coletiva. Relacionada às culturas e aos modos de entender o mundo, essencial para a continuidade das práticas culturais e para a reconstrução de si. (PELEGRINI, 2009, p. 33)

De acordo com Meneses (2007, p. 48) a identidade e a memória garantem a produção e reprodução da vida biológica, psíquica e social. “São responsáveis por dar suporte a um eixo de atribuição de sentidos sem os quais a vida se fragmentaria num permanente salto no escuro”. O Cais do Valongo e o seu entorno ajudam a compor a identidade da população afrobrasileira, uma identidade formada não só pelos horrores da escravidão, mas também por luta e resistência. Uma identidade fragmentada (HALL, 2019) na qual uma mesma pessoa consegue se identificar, por exemplo como mulher e afrobrasileira, isso quer dizer se conectar as causas feminista e de luta de igualdade de gênero e também as lutas raciais, sem que uma identidade exclua a outra.

O Cais reúne aspectos que ressaltam ao mesmo tempo uma prática de desumanização e, como contrapartida, a resistência das vítimas como afirmação de sua humanidade, pela força vital da criação da população negra que no seu entorno viveu e continua vivendo, e que o assume como espaço de afirmação cultural. (IPHAN, 2017, p. 07)

O Cais do Valongo é um lugar de memória, de acordo com Nora (1993, p. 13) um espaço onde um grupo social pode ancorar suas lembranças individuais e coletivas, tornando-os portos seguros em meio a insegurança social e psicológica, cada vez mais presentes com a aceleração da vida urbana e a globalização cultural. O Cais do Valongo, ao ser lido como lugar de memória, se torna uma base de onde é possível pensar tanto o passado quanto o futuro da herança africana brasileira, um local de conciliação entre a memória e a história .

Para Pierre Nora (1993, p. 9), a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo com o presente, individual e ligada de forma sentimental ao indivíduo e os espaços urbanos e arquitetônicos, com a história, que é a construção da narrativa dos acontecimentos segundo fontes que se pretendem objetivas. Totalmente diferente do conceito de história, para o mesmo autor, que consiste na reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, só uma representação do passado.

Ao longo dos anos, o que os órgãos de preservação como o IPHAN buscaram criar foi uma identidade nacional homogênea e coesa, entretanto segundo Tolentino (2018, p. 54) essa identidade é extremamente pautada numa herança europeia e num poderio católico-militar, que caracterizou a política preservacionista implantada no Brasil nos anos 1930, com a criação do

SPHAN, perdurando-se por várias décadas. Enquanto isso, o patrimônio de origem africana, que deveria fazer parte dessa suposta identidade nacional, foi deixado em segundo plano.

Pollak (1989, p. 08) afirma que as vítimas do Estado possuem dificuldade em conectar suas lembranças com a memória coletiva de nação, como é o caso dos afrodescendentes, que não se vêem nos discursos oficiais de nação, uma vez que a contribuição da população negra é destinada ao esquecimento. Existe uma angústia em não encontrar escuta, de ser punido pelo o que se diz. Ser punido por tentar deixar viva a memória da escravidão. Ainda segundo Pollak (1989, p.05), o longo silêncio sobre o passado, não significa esquecimento, mas sim um tipo de resistência de um grupo social impotente aos discursos oficiais.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 04)

Para os descendentes dos africanos escravizados, vivenciar o Cais de Valongo é uma forma de viver os acontecimentos da escravidão por “tabela”, como diz Pollak (1992, p. 201), isso quer dizer que os acontecimentos não são vivenciados pessoalmente, mas sim vividos pelo grupo ou pela coletividade da qual determinada pessoa se sente pertencente. O que se observa é uma memória herdada.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível saber se participou ou não. (...) É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada. (POLLAK, 1992, p. 201)

De acordo com Pollak (1989, p. 05), quando as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, ganham destaque e conseguem reivindicar visibilidade. As memórias traumatizantes esperam o momento certo para serem expressas. Foi exatamente o que aconteceu com o Cais do Valongo, que durante décadas ficou soterrado pelas reformas urbanas constantes na cidade do Rio de Janeiro, mas que ao reaparecer, ganhou inclusive visibilidade internacional. Memória e identidade estão conectadas e juntas contribuem para a coerência e continuidade na formação social da herança africana do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

O patrimônio cultural, mais especificamente a arqueologia são campos de conflito e disputa, uma vez que decidem o que será lembrado e o que será esquecido, na construção da memória coletiva. É preciso contestar o patrimônio e a memória impostas pelos detentores de poder, uma vez que nem sempre são capazes de representar a população como um todo. Como dizia Lima (2013, p. 188) a arqueologia socialmente responsável necessita engajamento, isso quer dizer que implica em colocar os achados arqueológicos a favor da luta por reconhecimento, respeito, justiça e direitos fundamentais dos grupos étnicos historicamente discriminados. A arqueologia deve ser social, ativista e emancipatória sempre a serviço da verdade.

Lidar com a memória da dor e violência não é uma tarefa simples, é necessário analisar e pesquisar a história daqueles que durante anos não foram ouvidos, mas deixados à margem das decisões importantes para a nação brasileira. Por mais sensível que seja investigar a memória e identidade que estão atreladas ao Cais do Valongo, Le Goff (1996) aponta que a verdade consiste em evitar o esquecimento, além de ser um dever de memória, principalmente ao que incomoda e dói, como no caso do Cais do Valongo, que é um exemplar único e excepcional, tanto materialmente quanto imaterial, para a diáspora africana do Brasil, por isso considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO.

É preciso desconstruir a ideia de que no Brasil, a escravidão foi branda e que existe uma suposta democracia racial (FREIRE, 2006), de acordo com Nascimento (2016, p. 61) essas crenças só contribuem para mitigar a culpa do opressor e minimizar acusações. A redescoberta, após anos de soterramento do Cais do Valongo, reforça os horrores e violência da escravidão brasileira e funciona como um símbolo não só de dor, mas de resistência e de sobrevivência para a população negra brasileira. Além de buscar promover a tolerância e respeito pelo patrimônio de origem africana.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; e GURAN, Milton (org.) **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil**. Niterói: PPGH/UFF, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 3.924 de 26 de julho de 1961**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1961.

CHUVA, M. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. In: CHUVA, M. História e patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No 34, p.149-166, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia R. R; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**, Brasília – DF: Iphan, 2014.

_____. **A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no IPHAN: antecedentes, realizações e desafios**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 35 p. 157-170, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro/junho 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Lamparina, 2019

IPHAN. Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista do Valongo**. Junho de 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_valongo_12jun.pdf. Acesso em 20 de julho de 2021.

IPHAN. **Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial**. IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2021.

LIMA, Tania Andrade. **Arqueologia como ação sócio política: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX**. Vestígios - Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica, Minas Gerais, n. 1, v. 7, p. 179 - 207. Janeiro/Junho 2013.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Premissas para a Formulação de Políticas Públicas em Arqueologia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No 33, 2007, p.37-58.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3º ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Alvaro; HONORATO, Cláudio; CHACEL, Cristina; GURAN, Milton (org). **Roteiro da Herança Africana no Rio de Janeiro**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/, PUC-SP), São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

PAULA, Angela Teberga de; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **A “turistificação” de um lugar de memória é possível? um estudo sobre o sítio arqueológico do Cais do Valongo**

(Rio de Janeiro, Brasil). Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 8-22, janeiro/abril, 2018.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: Conhecendo um pouco mais**. In: Patrimônio Cultural: consciência e preservação. SP: Brasiliense, 2009, p.19-41.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Revista Estudos Históricos. RJ, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. RJ, vol.5, n.10, p.200-212, 1992.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos**. In: SCHLLE, A. R. IPHAN 1937–2017. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No 35, p.139-155, 2017.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. **Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, n. 11, p. 01-11, 2019.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. **Os desafios da Proteção Legal: uma arqueologia da Lei 3.924 de 1961**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 33. p. 59-73, 2007.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito Ao (Do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No 34,p.149-166, 2012.

SOUSA, João Carlos Moreno de. Arqueologia: o que é isso? . **Arqueologia e pré história**, 2020. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/o-que-e-arqueologia/>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal**. In: Sillogés, v.1, jan /jul, 2018, p. 41-60.

CRIMINALIDADE NA COMARCA DE GUARAPUAVA NA DÉCADA DE 1960Valéria Leite Caldas¹⁷²Rosemeri Moreira¹⁷³

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade apresentar e discutir dados referentes a crimes e criminalidade na Comarca de Guarapuava – PR, na década de 1960. Apresentamos um levantamento realizado a partir de processos-crime da 2ª Vara Criminal da comarca, arquivados no Centro de documentação da Unicentro (CEDOC/G), em que discutimos os dados sobre a tipologia criminal, atentando sobre os lugares (urbano e rural) de incidência dos crimes elencados. Além disso, a partir da perspectiva de gênero, nos focamos no perfil das vítimas, réus e testemunhas dos processos relativos a homicídio de mulheres. Observando nesses casos em específico, como a narrativa jurídica descreve/constrói os(as) envolvidos a partir da idade, trabalho, escolaridade, estado civil, características físicas e religião.

Palavras-chave: Processos-Crime; Criminalidade; Gênero.

Introdução

Crimes e criminalidade são temas que ocupam um importante espaço nas discussões acadêmicas contemporâneas. Compreendemos que a criminalidade e as concepções sobre crime correspondem a processos estruturais, os quais se nutrem de especificidades de laços sociais, econômicos, políticos e culturais.

Além disso, seguindo a perspectiva de Arlete Farge, em uma abordagem da História Cultural, a própria ideia de violência precisa ser compreendida a partir do enfoque sobre as mudanças de sensibilidades sociais, das comoções sociais, sobre atos e ações humanas, as quais podem ser consideradas violentas ou não. Por isso, segundo essa autora, o foco para historiadores(as) é buscar compreender as transformações no que se compreende como violência - e como crime - em determinada sociedade (FARGE, 1999, p. 25). As respostas – e

¹⁷² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-oeste/PR. E-mail: valerialeittec@gmail.com

¹⁷³ Professora do curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste/PR. E-mail: rosemeri1moreira@gmail.com

a pergunta - sobre quão violenta uma sociedade pode ser, os índices de criminalidade, estão interligados ao que cada sociedade considera como violência e como crime.

Tendo em mente essa perspectiva, neste artigo apresentamos um levantamento sobre processos-crime na região da Comarca de Guarapuava – PR, na década de 1960, a partir de documentação da 2ª Vara criminal, arquivada no Centro de Documentação da Unicentro (CEDOC/G), e na sequência analisamos casos específicos a homicídio de mulheres, no período¹⁷⁴.

A Comarca de Guarapuava na década de 1960

Antes de nos referirmos aos anos 1960 é necessário mencionar que a colonização da Comarca teve como base a instalação de latifúndios, oriundos do sistema de ocupação e povoamento branco europeu. Segundo Walderez Pohl da Silva, uma oligarquia rural formada no período colonial manteve o controle político-ideológico que emanava dos latifúndios através dos cargos administrativos da máquina burocrática ao longo de todo o período Imperial (SILVA, 2010, p. 50). O poder político e econômico, em toda a região, foi exercido de forma oligárquica, tendo por base o latifúndio e a estrutura patriarcal das principais famílias criadoras de gado.

O resultado desse tipo de colonização, ancorou-se na concentração da terra, e isso fez com que a região de Guarapuava se desenvolvesse com características, principalmente, de poder oligárquico e patriarcal e sob controle das principais famílias criadoras de gado da região. De acordo com Tembil, na década de 1950, a comarca ainda estava centrada nas grandes fazendas, e o núcleo urbano servia de espaço de encontros políticos e religiosos (TEMBIL, 2007, p. 25).

Na década de 1960, segundo Waldemir Paiva, a extensão do município de Guarapuava correspondia ao território de 11.796 km², o maior do Estado. Ao longo da mesma década, a Comarca passou por vários desmembramentos devido a fundação de outros municípios, chegando ao ano de 1965, com um território de 3.503 km², mas ainda com o título de maior município em extensão, e composta pela sede/cidade e por 14 distritos administrativos: Inácio Martins, Pinhão, Laranjeiras do Sul, Candói, Foz do Jordão, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Cantagalo, Marquinho, Morro Alto, Boqueirão, Carro Quebrado, Jordão¹⁷⁵ (PAIVA, 2018, p. 65).

¹⁷⁴ Esta discussão é parte de pesquisa de dissertação de mestrado em História, em andamento, no PPGH-Unicentro.

¹⁷⁵ Censo Demográfico de 1960 Paraná. Recenseamento Geral do Brasil: Série Regional. Vol. I Tomo XIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

Para Emerson de Souza Gomes, até a década de 1960, a dinâmica urbana estava restrita à vida social, política, cultural e comercial da elite, composta por fazendeiros que passaram a usufruir de capital acumulado com o tropeirismo e da renda que obtinham da erva-mate. Segundo Silva, os madeireiros compunham o grupo emergente, e essa mudança econômica refletiu nas feições urbanas da cidade, com a instalação das serrarias, aumento de casas comerciais, vinda de profissionais liberais e operários (SILVA, 2010, p. 25).

Além das madeiras, nos anos 1960 foi ampliada a política agrícola estadual, que desde a década anterior havia facilitado a aquisição de terras para imigrantes Suábios¹⁷⁶. Segundo Marcos Leandro Mondardo, a política de doar terras aos Suábios traiu outros imigrantes: “gaúchos, catarinenses e descendentes de japoneses, para o cultivo de novos produtos agrícolas, tais como soja, trigo, aveia, cevada, arroz e batata” (MONDARNO, 2011, p. 06). Concomitante a vinda de grupos que se fixaram em atividades agrícolas, nessa década, o Paraná passou por um intenso crescimento demográfico e urbanização e o contingente populacional foi fortemente alterado entre as décadas de 1950 e 1980. Contudo, na década de 1960 os dados indicam que a população do Paraná era predominantemente rural, a maior da região sul país¹⁷⁷. A população urbana do estado correspondia a 30,7% dos habitantes e a população rural a 69,3%.¹⁷⁸

Em contrapartida, nesse período a Comarca de Guarapuava apresentava dados percentuais de ruralidade ainda maiores que o estado: 83,12% da população vivia no campo, e somente 16,88% na cidade sede. Além disso, a cidade de Guarapuava, nesse período ainda era, de certa maneira, uma extensão do campo. De acordo com Tembil, não foi apenas o contingente populacional que se modificou ao longo da década de 1960, mas também aspectos culturais da população da Comarca. Mudanças relacionadas às transformações na base produtiva e na posse de terra que até então fundava-se na relação “latifundiário-proletário rural” (TEMBIL, 2007, p. 96). Com a queda no comércio de criação de gado e advento da exploração da madeira, já apontado, fez emergir uma nova classe média, que preconizou novos hábitos de consumo,

¹⁷⁶ No início da década de 1950, o então governador estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, encarregou Lacerda Verneck o Secretário de Agricultura a implantar o projeto de colonização para a produção de trigo. Tal projeto tinha como alvo principal os imigrantes Suábios, denominação comum dada aos colonos refugiados da Segunda Guerra e apátridas que buscaram apoio da organização "Ajuda Suíça para Europa", que ajudou no deslocamento de cerca de 500 famílias no início da década de 50 para os campos situados em Entre-Rios, a 25 Km ao sul de Guarapuava (SILVA, 1997, p.14)

¹⁷⁷ Segundo dados do IBGE no estado de Santa Catarina 34,8% da população vivia na área urbana e 65,2% da população residiam no campo. No Rio Grande do Sul 44,8% da população vivia na área urbana e 55,2% no meio rural. (Censo Demográfico de 1960 Paraná. Recenseamento Geral do Brasil: Série Regional. Vol. I Tomo XIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1960).

¹⁷⁸ *Censo Demográfico de 1960 Paraná*. Recenseamento Geral do Brasil: Série Regional. Vol. I Tomo XIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

proliferação de novas construções e várias casas de comércio surgiram no centro da cidade. Com isso deu-se também o alargamento da periferia, criando problemas de infraestrutura como saneamento básico e abastecimento de energia elétrica e água.

A maioria dos habitantes da comarca trabalhavam na agricultura, pecuária e silvicultura. Como agregados, trabalhadores sazonais, sem-terra, lavrador e de produção extrativa de erva-mate. Segundo o IBGE, dentre as profissões da população urbana do estado como um todo, estavam: pedreiros, carpinteiros, sapateiros e serradores, para os homens. Para mulheres: costureiras, domésticas, bordadeiras e cozinheiras (IBGE, 2010)¹⁷⁹.

Segundo Paiva, desde a década de 1950 os ideais de modernização passaram a ser lemas de políticos do estado e da região de Guarapuava. Parte dessa proclamada modernização, na década de 1960 foram feitas as instalações de serviços de saneamento, energia elétrica e um posto telefônico na cidade de Guarapuava. Entretanto, Tembil deixa em evidência as contradições da modernização tecnológica e os costumes da sociedade guarapuavana, que reivindicava ares modernos para a região, mas que mantinha valores embasados na família patriarcal (TEMBIL, 2007, p. 105). Como exemplo, a autora relata que a central telefônica foi instalada e era operada por uma moradora em sua residência particular, pois uma mulher que trabalhasse fora de casa não seria “bem vista”.

Além disso, a proclamada modernização também abarcava o setor da agricultura, com a adoção de maquinários e novas formas de plantio. Projeto colocado em prática pelo governo Ney Braga, tornando inviáveis os então esquemas de comercialização tradicionais da época, e desestruturando os municípios vizinhos, fazendo a Comarca de Guarapuava emergir como polo político, econômico e social, até o final da década de 1960.

No campo, em meio a desestruturação econômica, as relações de sociabilidades aconteciam, segundo Paiva, através de bailes e festas de igrejas, além da interação de um pequeno comércio de porcos, vacas, cavalos, galinhas, etc, entre os vizinhos (PAIVA, 2019, p 73). A referida modernização do setor agrícola fez com que muitas pessoas migrassem do campo para as cidades. Isso contribuiu para uma construção das identidades urbanas a partir de uma reprodução ou reinvenção dos modos de vida rurais nas cidades. Vindos do interior, homens e mulheres, conseguiam emprego nas mais de 250 serrarias que se instalaram na região.

Aqueles que permaneceram no campo vinham para a cidade com frequência e recorriam as casas de comércio para abastecimento alimentício, idas ao médico, visitas à parentes e também com a finalidade de lazer. Os lugares que demarcavam as relações sociais

¹⁷⁹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. demográfico 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

eram compostos por bares, festas de igreja, prostíbulos, bailes e matinês, os famosos ‘bailinhos’ que aconteciam durante o dia, geralmente aos domingos. Esses eventos aconteciam tanto na área rural quanto na área urbana.

Prostíbulos e bares nos arredores das serrarias, compõem os cenários de diversos crimes que constam na documentação analisada. Os prostíbulos que existiam no município de Guarapuava, nos anos 1960, eram locais destinados à sociabilidade e lazer, principalmente de homens. De acordo com Saldanha, os espaços urbanos que concentravam a prática do meretrício seguiam o rigor da vigilância policial e não existiam casas de prostituição fora do ambiente determinado pela justiça. Concomitante ao processo de modernização é que as casas de prostituição foram transferidas da chamada Vila Pequena – próxima ao centro da cidade - para o chamado Morro Alto, onde também foi instalado o batalhão da polícia militar (SALDANHA, 2013, p. 32). Esta estrutura de controle e vigilância, que passou a vigorar ao longo dos anos 1960, atrelava a modernização e um projeto de moralização do espaço público.

Segundo Paiva, era comum que mulheres das classes populares, provenientes ou não do êxodo rural, fossem contratadas como domésticas, mas que muitas vezes e por razões diversas acabavam trabalhando em casas de meretrício, ou que muitas vezes aceitavam tal oferta para somar aos poucos ganhos de outras atividades (PAIVA, 2019, p. 35).

Em relação a educação, a década de 1960 ainda refletia os projetos vigentes desde o início do século XX¹⁸⁰, em que as classes dominantes haviam assumido um papel civilizatório destinado a redimir os povos que ainda estivessem nos estágios de selvageria e barbárie.

A elite política de Guarapuava acreditava, segundo Silva, que o processo de modernização, urbanização e industrialização, levado a cabo a partir da década de 1950 e adentrando a década de 1960, seria acelerado se fossem desenvolvidas iniciativas no campo da educação. Porém, a popularização da educação foi realizada em níveis díspares conforme as classes sociais, gênero e etnia (SILVA, 2018, p. 37). Isso acontecia em grande parte do território nacional¹⁸¹.

¹⁸⁰ Segundo Silva, no início do século XX a escola era destinada somente para meninos, e os professores, em sua maioria homens, eram contratados pelos pais para ensinar nas fazendas, onde os estudantes da região se reuniam, por um período de tempo determinado. Os exercícios, geralmente de matemática e caligrafia, eram realizados na lousa, evidenciando que meninos eram preparados para a vida pública. A educação das meninas, quando havia, era voltada a ensinamentos domésticos ou de agulha, como costurar, bordar, tricotar, pois a educação feminina visava o preparo para ser esposa, mãe, casta e submissa (SILVA, 2018, p. 37).

¹⁸¹ O Brasil nesse período, era caracterizado pela passagem de uma ordem social estamental para uma ordem competitiva. Além disso, é um momento em que as ideias de democracia (mais populista do que liberal no Brasil) eram enfatizadas e através delas, pretendia-se diminuir o poder das oligarquias, fortalecerem a burguesia nascente e dar certa participação eleitoral às massas (FERNANDES, 1972, p. 103).

Segundo o censo do IBGE sobre o mesmo período¹⁸², em relação a alfabetização da população urbana do estado: 35,95% de homens e 36,3% das mulheres sabiam ler e escrever. Em relação a população da rural, 28% dos homens e 19,4% das mulheres eram alfabetizados. Ou seja, o contingente de não alfabetizados era praticamente 1/3 da população, e tanto no meio rural quanto no urbano, o percentual de homens alfabetizados era superior ao número de mulheres.

Crimes e criminalidade na Comarca de Guarapuava

As contradições de classe, etnia e gênero, acirradas com o proclamado processo de modernização do estado, atingiram também a região de Guarapuava. Região construída historicamente, como já dito, a partir da instalação de oligarquias rurais. Mesmo com o aumento significativo da população urbana, os traços de vida cultural foram moldados a partir da adaptação de grupos rurais ao meio urbano, dando ao meio urbano feições de meio rural.

Abaixo apresentamos o levantamento da tipologia dos processos crimes da comarca, no período proposto:

Tabela 1 – Tipologia Criminal – Processos crime (Comarca de Guarapuava - década de 1960)

Tipificação Criminal	Processos-crime 2ª Vara município de Guarapuava	Processos-crime Demais localidades da Comarca
Homicídios	86	143
Tentativa de homicídio	55	85
Lesão corporal	101	119
Calúnia	0	2
Difamação	1	2
Ameaça	10	15
Furto	50	74
Latrocínio	1	0
Disparo de arma de fogo	11	16

¹⁸² *Censo Demográfico de 1960 Paraná*. Recenseamento Geral do Brasil: Série Regional. Vol. I Tomo XIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

Defloramento	12	2
Estupro	2	9
TOTAL	329	428

Fonte: levantamento feito pelas autoras. Acervo: CEDOC/G.

Em relação ao total de processos-crime instaurados na comarca, observamos que 43,4% estão concentrados na cidade sede e 56,6% correspondem a somatória dos casos das 14 demais localidades, já mencionadas. Vale lembrar que 83% da população vivia no campo e 16,88 % na cidade¹⁸³. Ou seja, existe uma concentração de processos-crime relativos ao espaço urbano. Lugares em que a presença do aparato policial e jurídica parece ser decisiva nessa composição.

A partir da tabela 1 observamos que os crimes considerados “contra a segurança e a vida da pessoa”¹⁸⁴ (homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal e latrocínio), correspondem a 243 processos, ou seja, 73,8% do total dos processos relativos à área urbana. Os casos de lesão corporal, em específico, correspondem a 30,7% do total dos processos do município de Guarapuava.

Em relação aos casos de homicídios registrados no período, 62,2% se referem a área rural e 37,6% a urbana. Mesmo com percentual elevado dos números absolutos, é preciso levar em consideração o número de habitantes. Na área rural existe um processo-crime instaurado para cada 563 habitantes. Esse índice praticamente triplica em se tratando da cidade sede, em que existe um processo-crime de homicídio instaurado para cada 196 pessoas.

A preponderância da criminalidade na cidade também se repete em relação aos casos de tentativa de homicídio: em que tantos 39,3% se referem a cidade e 60,7% correspondem a soma dos vizinhos ao redor. Em todos os processos os réus são homens.

Ainda em relação aos homicídios, 98,2% das vítimas são homens e em somente quatro, ou seja (1,8%) dos processos-crime instaurados, as vítimas são mulheres. Em três deles as mulheres foram assassinadas na cidade de Guarapuava e em apenas um o crime aconteceu no meio rural: no Faxinal dos Carpinteiros, no município de Cantagalo¹⁸⁵. É importante apontar que em todos esses casos as mulheres vítimas eram próximas dos réus: três deles eram seus companheiros (marido, amásio, amante) e um deles aparece como cliente da vítima no processo.

¹⁸³ Censo Demográfico de 1960 Paraná. Recenseamento Geral do Brasil: Série Regional. Vol. I Tomo XIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

¹⁸⁴ Art. 121 do Código Penal de 1940.

¹⁸⁵ Cantagalo é um município brasileiro do estado do Paraná. Sua população estimada em aproximadamente 13.031 habitantes e fica à 80 km da Cidade de Guarapuava.

Dos crimes contra o patrimônio previstos na legislação, o furto também ganhou destaque dos processos-crime referentes à década de 1960: 44,6% de crimes cometidos na cidade sede da comarca, 55,4% do total de crimes cometidos nos demais municípios e distritos.

Os crimes de calúnia e difamação estavam previstos no Código Penal no Capítulo relacionado aos crimes contra a honra, que se referem a caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato e difamar alguém e fato ofensivo à sua reputação. Foram registrados cinco casos: 1,1% do total de processos-crimes arquivados no CEDOC/G, da década de 1960.

Outro dado importante que consta na tabela 1 diz respeito aos Crimes contra a Liberdade Individual (Art. 146 a 149 do Código Penal de 1940) e referem-se ao crime de ameaça: o ato de ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Do total dos processos-crime, 10 casos (3%) se referem a ameaça e ocorreram na sede da comarca, enquanto 15 casos (3,2%) aconteceram nos demais municípios.

Os crimes chamados sexuais (defloramento e estupro), contidos no Código Penal de 1940, que os previa como crimes contra os costumes, totalizam 25 casos, sendo: 14 processos ocorridos na cidade; e onze casos na área rural da Comarca. Importante apontar que na cidade existiam doze casos classificados como defloramento¹⁸⁶ e somente dois como estupros¹⁸⁷. No espaço rural esse número se inverte: dois casos de defloramento e nove de estupros. Por fim, existem um caso de latrocínio e 26 processos relativos a disparos de arma de fogo.

Conforme os dados da tabela 1, é notória a presença de homens como réus. Isso nos indica que os atos vistos como criminosos, principalmente os relativos aos crimes contra a segurança e a vida das pessoas, eram prerrogativas de uma masculinidade específica: os assassinatos eram resultado de brigas em bares e festas, em que os homens participavam armados de facas, canivetes e revólveres, se envolviam em disputas por motivos variados: disputas amorosas, religião, política, mulheres, defesa da honra, etc.

Segundo March, em pesquisa sobre crimes no Paraná na década de 1950, esse tipo de violência servia para reafirmar as masculinidades a partir das relações estabelecidas com outras pessoas e em locais onde precisavam se inserir. Masculinidades que precisavam de constante

¹⁸⁶ O crime de defloramento constava no artigo 267 do Código Penal de 1890 e era definido como o ato de “deflorar uma mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”. Na época, eram consideradas menor de idade, mulheres que tivessem até 21 anos. Para o crime em questão, a pena era de um a quatro anos de reclusão ao deflorador. O artigo vigorou de 1890 até 1940, quando houve mudança no código penal brasileiro.

¹⁸⁷ Decreto-Lei nº 2.848, do Código Penal de 7 de dezembro de 1940. Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena de reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

comprovação e eram postas a prova em disputas, armadas ou não, e que nos levam a visualizar a supremacia da violência de homens: sobre outros homens e sobre mulheres e crianças (MARCH, 2015, p. 39). A lei do mais forte, no espaço rural, e de forma preponderante na sede da comarca, era o fundamento das contendas que terminavam, muitas vezes em assassinato.

Os homicídios de mulheres: perfil de vítimas, réus e testemunhas.

Na década de 1960, na Comarca de Guarapuava, encontramos três processos-crime e um inquérito, relativos a assassinatos de mulheres. Três deles ocorreram na sede da comarca e somente em um distrito rural. Na cidade, Cecília foi morta a tiros de revólver, em um bar localizado na estação rodoviária da cidade; em outro caso, Leonor foi assassinada em sua casa, na chamada Vila Amarela, próximo a Madeirit¹⁸⁸, arredores da cidade; Tania, descrita como meretriz no processo, também foi morta a tiros de revólver, nos fundos de uma casa prostituição no Morro Alto, bairro de confinamento para essa prática¹⁸⁹. No meio rural, o único processo-crime instaurado se refere ao homicídio de Tereza, em Faxinal dos Carpinteiros, zona rural do distrito de Cantagalo. De acordo com Paiva, a vigilância policial e a ausência de um aparato judicial consistente na região rural, pode explicar o não registro de alguns casos de homicídios na Comarca nesse período, ou a não instauração de inquéritos e processos.

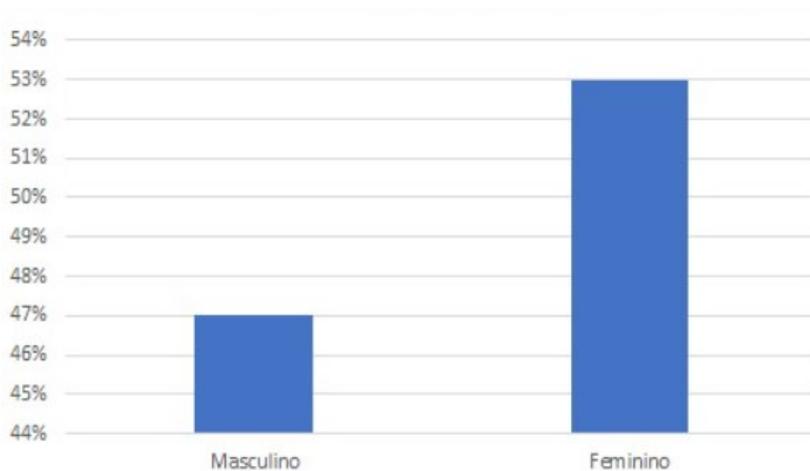
Nos três processos-crime e um inquérito que nos detemos em análise, esboçamos o perfil dos sujeitos envolvidos (réus, vítimas e testemunhas), a partir das declarações contidas nos autos. Observamos que em alguns desses processos não constam informações tais como a idade, o estado civil, as características físicas, a escolaridade, dos(as) envolvidos(as), principalmente, em se tratando das vítimas. Nem em alguns relatórios policiais, ou exames cadavéricos. Também observamos que três réus eram pessoas próximas a vítima: um namorado, um amásio e um amante. No último caso se trata de um homem frequentador do prostíbulo em que a vítima trabalhava.

Somando a quantidade de homens e mulheres que constam nos quatro processos como réus, vítimas ou testemunhas, temos um total de 21 pessoas.

¹⁸⁸ Fábrica de compensados GVA/Madeirit, empregava muitas pessoas de Guarapuava e dos municípios vizinhos. Ficava localizada na rua Leonardo Coblinski, do Bairro Boqueirão no município de Guarapuava.

¹⁸⁹ Segundo Terezinha Saldanha em sua obra *O Comércio do Prazer*, em Guarapuava, o confinamento, seguindo o modelo decadente francês, teve início em 1908 quando surgiu a primeira casa de prostituição e foi até a década de 1980, quando as casas de tolerância saíram da área restrita e se estabeleceram em vários bairros da cidade (SALDANHA, 2013, p. 38).

Gráfico 1 – Vítimas, réus e testemunhas - por sexo/gênero



Fonte: dados levantados pelas autoras, a partir dos 3 processos-crime e 1 inquérito policial (1960). Acervo: CEDOC/G.

Como podemos observar, somando o total de réus, vítimas e testemunhas que constam nos processos-crime e inquérito analisados, existe um número maior de mulheres. Principalmente na posição de testemunhas, somando 11 mulheres no total.

Sobre as vítimas, de um modo geral, observamos que as informações contidas nos processos são mais escassas se comparadas com as informações sobre os acusados. Nem todos os processos contém informações básicas das mulheres assassinadas, tais como: profissão, cor da pele, idade, escolaridade e religião. Elementos que constam previamente no formulário policial. No processo referente ao assassinato de Tereza, por exemplo, das informações padrão, consta apenas que ela era solteira. Cecília é descrita como morena, tinha 29 anos e era solteira. Segundo o laudo de necropsia de Tania ela era branca, solteira e residente no meretrício da cidade. Leonor também consta somente como solteira. Apenas o estado civil de todas as vítimas – solteiras - constam no processo, mesmo algumas delas tendo uma relação de conjugalidade, contudo sem serem casadas no civil. Segundo os autos, apenas uma delas tinha filhos. A escolaridade das vítimas é ignorada nos processos e, em um dos casos, não consta sequer a idade, o que indica a não importância do aparato judicial em descrever essas mulheres, como se as mesmas não tivessem uma vida, uma família, uma história, tornando-as abstratas, desencarnadas, inclusive aos olhos dos jurados.

Quanto aos homens acusados, os autos trazem informações pormenorizadas: são pessoas de carne e osso, com vidas detalhadas, família, tem etnia, idade, etc. Até a cor dos olhos interessa ao aparato judicial. Por ordem cronológica dos processos temos: Joarez descrito como operário, branco, 35 anos, que cursou o ensino primário, solteiro e católico. Na sequência, o réu

Ary, policial militar, branco, 29 anos, declarado alfabetizado e casado. Outro réu, Salvador, é descrito como pedreiro, moreno claro, 19 anos, não alfabetizado, solteiro e católico. E, por fim, Manoel consta como pedreiro, moreno, 56 anos, analfabeto, solteiro e católico.

Todos os réus são descritos como católicos e tendo uma profissão. Ou seja, são trabalhadores, responsáveis, homens de bem. Outra consideração é a cor da pele declarada dos réus. Em um dos processos consta como moreno, já em outro aparece como sendo moreno claro. No terceiro processo, consta a cor declarada pelo réu como branco, seguida da frase “de olhos azuis”. Em relação a idade desses homens, observamos que não existe um padrão de faixa etária e que as idades variam: um tem 19 anos; outro 29; 35 e por fim, 56 anos. Todos esses elementos somados, nos levam a refletir sobre uma narrativa que ao mesmo tempo em que apaga a vítima, deixando como uma abstração, apresenta o réu como uma pessoa honesta: um homem como ocupação definida e religião.

Ter uma ocupação, um emprego, atribuía credibilidade e indicava o bom caráter, de quem que cumpria com seus deveres dentro da sociedade da época, pois segundo o Código Penal de 1940, em seu artigo 59, a lei considerava vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegurasse meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A pessoa classificada como “vadia” poderia ser levada à prisão simples, com pena de 15 dias até três meses.

Sobre o perfil das testemunhas, fundamentais no desenrolar da construção das narrativas dos processos, perguntamos de quem eram essas vozes chamadas a construir a verdade jurídica. Das 13 testemunhas chamadas para depor, 7 eram mulheres e 6 eram homens. O número maior de mulheres, pode se explicar, principalmente pela presença delas em alguns espaços, como o da prostituição, por exemplo, contidos nos processos-crimes.

Do total das 13 testemunhas que constam nos três processos e um inquérito analisados, temos, três testemunhas de defesa, e nove de acusação. As outras dez testemunhas de acusação eram mulheres amigas, colegas de trabalho ou na maior parte, parentes das vítimas, enquanto que as testemunhas de defesa eram, homens amigos e parentes dos acusados, deixando claro a relação de gênero existentes nesses autos.

Em relação a ocupação, as mulheres chamadas a depor. 6 delas se declararam domésticas, duas meretrizes e uma comerciante. Uma delas não consta a profissão. Sobre a faixa etária observamos que o total de mulheres contidas nos processos, tinham idades variadas que ia dos 13 aos 42 anos, mais especificamente, uma tinha 13 anos; outra 15; três delas 19 anos de idade; duas com 20 anos; outra com 32 anos; duas tinham 40 anos; e por fim, uma com

42 anos de idade. Sobre a escolaridade, cinco mulheres constam como alfabetizadas e outras seis estão descritas como “analfabetas”.

Sobre os homens que foram intimados como testemunhas, temos: dois declarados lavradores; dois pedreiros; um comerciante. Em relação a faixa etária: três tinham entre 30 e 40 anos de idade (35, 37 e 39 anos de idade); um, 4 anos; e o último, 48 anos. Em relação a escolaridade, somente um deles declarou-se analfabeto, e que não sabia nem assinar o próprio nome. Outros quatro constam como alfabetizados.

A partir desse levantamento, observamos que as mulheres envolvidas nos processos, tanto as vítimas quanto as testemunhas, tiveram menos acesso à educação do que os homens (testemunhas e réus). Segundo March, na década de 1950 a educação formal para as mulheres, ainda não era bem vista, pois acreditava-se que essas mulheres não poderiam escapar da espora masculina (MARCH, 2010, p. 95). Soma-se a isso o descaso do poder público em relação a educação das classes populares. Após Ney Braga assumir o governo do estado, em 1962, referiu-se à necessidade de expansão e melhoria da rede escolar, dizendo que pelo menos, um terço dos poucos que frequentavam as escolas, estariam matriculados em escolas rurais, carentes de recursos e de professores habilitados, que poderiam lhes dar nada mais do que alfabetização razoável, evidenciando a precariedade da educação no período, principalmente para as classes mais baixas.

Nesse sentido, processo judiciais utilizados como fontes históricas, podem nos trazer diversos cenários, todo eles repletos de detalhes. Com isso, a partir do levantamento e análise de processos registrados no Arquivo Histórico da Unicentro, referentes à Comarca de Guarapuava na década de 1960, percebemos que os índices de criminalidade na Comarca estão atrelados a um serie de especificidades compreendido a partir de um breve apanhado histórico para tentarmos compreender as concepções estruturais que nutriam os laços socioeconômicos em torno desses crimes.

Entre os crimes analisados, destacamos uma incidência maior em homicídios, tentativa de homicídio, lesão corporal e latrocínio, evidenciando também que tais crimes ocorriam, principalmente em regiões onde o aparato policial era menos atuante, como nos municípios vizinhos à cidade de Guarapuava e nas localidades rurais, por exemplo. Também observamos que todos os crimes foram cometidos por homens, indicando assim, prerrogativas de uma masculinidade específica ao período analisado.

Outro elemento que analisamos, é que, dos 229 homicídios analisados, quatro deles tiveram mulheres como vítimas (feminicídios) e que esses processos trazem em si, informações

pormenorizadas sobre os réus, mas não sobre as vítimas, destacando a importância de que, esses sujeitos e suas vivências, precisam ser problematizadas em seu contexto histórico.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Violência e Crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira in: BOTELHO, André. SCHARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança**, São Paulo: Companhia das Letras: 2011.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GOMES, Emerson de Souza; VESTENA, Leandro Redin. **A Expansão da Mancha Urbana da Cidade de Guarapuava-PR, entre 1940 e 2016**. Guarapuava: Unicentro, 2018.

MARCH, Kety Carla de. Entre promessas e reparações: processos-crime de defloramento em Guarapuava (1932-1941). Curitiba, 2010. Dissertação de mestrado em História – UFPR. 2010. 180

_____. “Jogos de luzes e sombras”: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950. Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A Formação do Professor e a Organização Social do Trabalho**. Curitiba: Editora UFPR, 1997.

NETO, Fernando Franco. **População, escravidão e família em Guarapuava no Século XIX**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

PAIVA, Valdemir. **O discurso jurídico e a percepção de gênero e violência em casos de mulheres denunciadas na Comarca de Guarapuava-PR (1960-1980)**. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2019.

SALDANHA, Terezinha. **O comércio do prazer**. Guarapuava: Unicentro, 2013.

SILVA, Walderez Pohl da. **De Lustosa a João do Planalto: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)**. Guarapuava: Unicentro, 2010.

SILVA, B. F. A. 2000. **Criminalidade urbana violenta: uma análise espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte**. Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais.

SOUZA, Wanderson B. **Nos limites da criminalidade: Práticas de homicídios, conflitos e relações de sociabilidade em Salvador (1940-1960)**.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava recompondo histórias, tecendo memórias**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2007.